

O estudo das Políticas Educacionais brasileiras sob as bases marxistas e gramscianas de Estado

Adriana Medeiros Farias (UEL)
e-mail: adrianafarias@uel.br

Juliana Zaqui (UEL)e-mail:
juliana.zaqui161@uel.br

Taila Carolina de
Souza Eunício (UEL)
e-mail:
taila.carolina@uel.br

1 Introdução

A intenção de estudo tem origem nas discussões realizadas no âmbito das aulas de graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e nas atividades promovidas pelo Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH). O estudo tem por objetivo compreender as bases teóricas utilizadas por estudantes de graduação para as análises das políticas educacionais brasileiras, no contexto do avanço do capital e do projeto ultraliberal e conservador que têm orientado a pauta, o planejamento e o desenvolvimento das políticas governamentais. Trata-se de compor a produção de conhecimentos que se faz no âmbito do Projeto de Pesquisa intitulado: Estado Ampliado e Empresariamento da Educação Pública no Brasil.

O estudo teórico parte da observação das aulas de graduação e dos dados coletados a partir do diagnóstico da turma de estudantes do Curso de Pedagogia, entre outros cursos de Licenciatura. No início das aulas das disciplinas de Políticas Educacionais e Política Educacional Brasileira, ofertadas respectivamente no primeiro e no segundo semestres do Curso é aplicado um questionário aos estudantes para registro das informações gerais, caracterização da turma e concepção de Estado.

O levantamento inicial dos dados indicou que a concepção de Estado apresentada pelos estudantes é sustentada majoritariamente pelo senso comum que reduz o Estado ao governo e pela matriz liberal, amplamente disseminada nas análises produzidas pela mídia hegemônica, pelo discurso oficial do Estado e também pelas instituições formais de ensino.

Desenvolvimento

Pronko (2017) a partir da observação de suas práticas de ensino, na graduação e pós-graduação, em artigo publicado, conclui que as chaves de leitura utilizadas, pelos estudantes tanto da graduação quanto da pós-graduação, para interpretar a realidade são simplificadoras, permeadas pelo senso comum e destituídas da compreensão histórica e da análise das práticas sociais educativas a partir das múltiplas determinações.

A constatação da autora afirma, por outro lado, a relevância do estudo das Políticas Educacionais, na formação do Pedagogo, dos licenciandos e pesquisadores de modo geral. Ressalta a atualidade dos estudos marxistas e gramscianos nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, assim como destaca a necessidade de ampliação destes estudos no processo de formação acadêmica dos estudantes e estudantes pesquisadores.

Isso porque a concepção de Estado sob as bases marxistas e gramscianas permite desvelar os interesses que estão hegemonicamente na definição das políticas educacionais. Estas são a expressão das disputas entre os interesses das classes fundamentais, burguesia e proletariado, assim como suas frações de classe. Lamosa (2000) em livro publicado aprofunda a atuação empresarial na educação pública, com a análise do Movimento Todos pela Educação. Martins; Krawczyk (2018) também demonstram o alinhamento das frações empresariais na formação do consenso forjado nas organizações sociais empresariais, nos organismos internacionais, em suas agendas e táticas. O TPE é para (SILVA, LAMOSA, 2021) o partido do empresariado. Estes têm se reunido em Conferências, Redes e Movimentos para a direção e o consenso dos seus interesses particulares, além pactuar suas agendas de privatização da educação pública, sob diversas formas.

Considerações finais

O estudo inicial tem por objetivos constatar as bases teóricas utilizadas pelos estudantes, além de aprofundar a compreensão de Estado fundamentado na produção de Marx, Engels e Gramsci. O referencial teórico têm sustentado pesquisas (FONTES, 2010; LAMOSA, 2020; FARIAS, 2021, 2022; MOTTA; ANDRADE, 2021, dentre outros) que problematizam as formas de dominação burguesas e a atuação empresarial na educação

pública. Esperamos contribuir com a formação crítica e a ampliação das chaves de leitura de interpretação acerca da educação com perspectivas emancipadoras.

Referências

FARIAS, A. M. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. *Geminal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 735–765, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44302>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FARIAS, A. M. Estado Ampliado e o empresariamento da educação pública. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-24, 22 jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53532>.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/ UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LAMOSA, R. A. C.. **Todos pela Educação?** Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas. Appris Editora, Curitiba, 2020.

MARTINS, E. M. KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento ‘Todos Pela Educação’. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 4–20, 2018. DOI: 10.21814/rpe.12674. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674>. Acesso em: 15 de março de 2022.

MOTTA, V. C. da; ANDRADE, M. C. P. de. Empresariamento da Educação de Novo Tipo: mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 64-86, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdciv.2020.54751>

PRONKO, M. A. Desafios teórico-metodológicos para o ensino de políticas educacionais na perspectiva do materialismo histórico. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 248–264, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/10461>. Acesso em: 22 fev. 2023.